

# O PROGRAMA NACIONAL CONEXÕES DE SABERES E A BUSCA POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, DE QUALIDADE E POPULAR

SILVA, Francisco Marcelo, - OF – franciscomarcelo@observatoriodefavelas.org.br<sup>1</sup>

AVENDAÑO, Ana Caroline Andrade, - UFC – carolavendano@gmail.com<sup>2</sup>

CARVALHO, Monique Batista, - OF – monique@observatoriodefavelas.org.br<sup>3</sup>

## RESUMO

O Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares é uma importante iniciativa no campo do Acesso e Permanência para estudantes de origem popular na universidade pública. Muito mais que tentar garantir o acesso e a permanência com qualidade, o Programa é instituinte de uma rede socioeducacional para a ampliação de vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades populares, através da inserção qualificada de estudantes de origem popular nas práticas de pesquisa e extensão universitária em cursos de graduação nas instituições federais de ensino brasileiras na busca por uma universidade pública, de qualidade e popular.

**Palavras-chave:** redes socioeducacionais, universidade pública, comunidades populares, estudantes de origem popular, ações afirmativas.

## ABSTRACT

The Programa Conexões de Saberes: Dialogs between the university and popular communities is an important initiative in the field of access and maintenance of students from a poor background in the public university. More than just trying to guarantee the access and maintenance with quality, the program is part of a socio-educational network that seeks the enlargement of bonds between the academic institutions and poor communities, through the qualified insertion of poor students in the research and extension practices offered in graduation courses in the Brazilian federal teaching institutions, searching for a public university of quality and accessible.

**Keywords:** socio-educational network, public university, popular communities, students from a poor background, affirmative action.

A democratização do acesso e da permanência na universidade pública brasileira vem sendo o principal desafio assumido pelo *Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, especialmente no tocante à formulação de

---

<sup>1</sup> Morador do Complexo de Favelas da Maré, Pesquisador do Observatório de Favelas e integrante da Coordenadoria Executiva Nacional do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares.

<sup>2</sup> Graduando de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará e ex-bolsista do Programa Conexões de Saberes.

<sup>3</sup> Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Pesquisadora do Observatório de Favelas e integrante da Coordenadoria Executiva Nacional do Programa Conexões de Saberes.

políticas exemplares de ação afirmativa que contemplem os jovens oriundos de espaços populares.

Criado em 2004, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, a partir de uma experiência pioneira do Observatório de Favelas<sup>4</sup>, o Programa *Conexões de Saberes* é instituinte de uma rede socioeducacional para a ampliação de vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades populares, através da inserção qualificada de estudantes de origem popular nas práticas de pesquisa e extensão universitária em cursos de graduação nas instituições federais de ensino brasileiras.

No desenho global do Programa, cabe a cada instituição de ensino superior produzir diagnósticos sobre as condições socioeconômicas, culturais e pedagógicas dos estudantes universitários residentes em espaços populares. Tais estudos têm como horizonte contribuir para a democratização do ingresso e permanência nas universidades públicas brasileiras, fortalecer os vínculos identitários dos estudantes com seus espaços sociais de origem e aproximar os setores populares das instituições de ensino superior, ampliando as possibilidades de encontro dos saberes produzidos no universo da academia e no cotidiano das comunidades populares.

Essa estratégia – além de garantir a permanência na universidade dos Estudantes de Origem Popular – cumpre dois objetivos que se complementam, a saber, o diálogo entre a universidade e as comunidades populares e a democratização do acesso e permanência de estudantes de origem popular. Desta forma, os estudantes universitários transformam-se nos interlocutores entre as práticas desenvolvidas na comunidade acadêmica e a comunidade popular, revelando uma dimensão até então pouco explorada da pesquisa-ação e do processo dialógico de ensinar-e-aprender.

Nesse sentido, as ações do Programa *Conexões de Saberes* são constituídas através de um movimento de trocas permanentes, integrando os moradores das comunidades populares e graduandos – incluindo, também, docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação – em uma ampla rede *socioeducacional*. Abre-se a perspectiva de um processo de integração que, ao respeitar a diversidade de agentes (universidades) e atores (comunidades

---

<sup>4</sup> O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil, fundada em 2001, que desenvolveu pioneiramente projetos sociais de formação continuada e pesquisa envolvendo jovens universitários residentes em espaços populares.

populares), busca-se constituir novos sujeitos para a realização de direitos e deveres dos cidadãos territorialmente inscritos.

O desafio inerente ao Programa Conexões de Saberes é justamente o empenho sistemático e abrangente de construir uma nova Universidade Pública Popular, capaz de combinar a excelência da produção do conhecimento à ação pública de construção de uma sociedade mais generosa, ou como diria Paulo Freire, “mais amorosa”. Indicando, assim, mais um caminho para pensar a sustentabilidade da educação popular e seu potencial para mudanças significativas na direção da emancipação e liberdade, e conseguindo articular os saberes e fazeres acadêmicos aos saberes e fazeres populares, realizando o que Santos (2007) denomina *Ecologia dos Saberes*. Seu compromisso maior é reunir experiências de práticas inovadoras que estimulem o protagonismo de estudantes de origem popular na produção do conhecimento científico, técnico e cultural, combinado às ações solidárias nos seus territórios de morada.

Trata-se, portanto, da criação de momentos de aproximação e troca de experiências e da potencialização de talentos que, além de promover uma formação acadêmica mais universal, também estimule novas sociabilidades. Assim, estarão conjugados – de modo indissociável – *a construção do saber, a realização do fazer e a invenção do conviver*.

Essas ações ocorrem em um modelo autônomo, porém articulado, em 33 universidades federais nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal<sup>5</sup>. A geografia continental do projeto exige permanentemente dos coordenadores e estudantes vinculados ao Programa a integração em rede de comunicação e mobilização, para melhor efetividade das estratégias locais em consonância com as de escala nacional.

Destacam-se dentre as estratégias definidas pelo Programa:

- i) Elaboração de uma agenda política nas universidades federais, visando à formulação de uma política nacional de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência de estudantes de origem popular na universidade.
- ii) Ampliar e consolidar a formação acadêmica dos universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, qualificando sua atuação do ponto de vista

---

<sup>5</sup> As universidades participantes contemplam todas as Unidades da Federação. São elas: UFAC, UNIR, UFRR, UFAM, UNIFAP, UFPA, UFT, UFMA, UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFRPE, UFAL, UFS, UFBA, UNIVASF, UFRB, UFMG, UFES, UFRJ, UFRRJ, UFF, UNIRIO, UFSCar, UFMT, UFMS, UFG, UnB, UFPR, UFSC e UFRGS

social e técnico-científico em diferentes espaços sociais, em especial, nas comunidades populares e na universidade.

- iii) Desenvolver programas e projetos de extensão-ensino-pesquisa que promovam o encontro e a troca de saberes, experiências e práticas sociais entre as comunidades populares e a universidade.

Busca-se, deste modo, a construção de formas mais amplas de responsabilidade social e democratização da universidade, através da valorização de seus estudantes de origem popular e de suas comunidades, respectivamente, como sujeitos e territórios de ação pública, ou seja, rompendo com o discurso de *cidade partida*. Desse modo, o programa busca, em consonância com as palavras de Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (2002), “*uma educação feita com o povo, para o povo*”, se revelando, assim, numa valorização da aprendizagem enquanto um processo que envolve desde as vivências comunitárias às relações formais de ensino.

### **O Conexões de Saberes como (Re)conhecimento de desigualdades e diferenças na universidade pública brasileira**

Desde o início da década de 1990, o Brasil vem conseguindo ampliar significativamente o acesso dos grupos sociais populares à escolarização. O processo se materializa, em particular, na universalização do acesso à instituição escolar, com a ampliação das matrículas na educação básica, em especial no ensino médio. No caso deste último fenômeno, muito benéfico para o exercício da cidadania de milhões de jovens, ele vem gerando uma forte demanda pelo ingresso nas universidades, em especial às instituições públicas.

A ampliação das oportunidades de acesso à educação, em particular a de nível superior, é um dos instrumentos mais importantes de mobilidade social no Brasil (Pastore e Silva, 2000), pois proporciona maiores oportunidades de ingresso qualificado no mundo do trabalho e constitui a base da participação das futuras gerações no desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país.

Todavia, como assinalam os estudos de Barbosa e Brandão (2007), o ensino superior ainda permanece distante para os jovens de grupos sociais mais vulneráveis da população

brasileira. Comprova a afirmação dos autores o número de matrículas registradas no período noturno que, em tese, acomodaria melhor os indivíduos que precisam trabalhar. Em 2003, nada menos que 58,41% das matrículas no ensino superior brasileiro estavam no turno da noite (o que representava 2.270.466 matrículas), no entanto, as instituições públicas eram responsáveis por somente 17,94% destas (o que totalizava 407.257 matrículas).

As informações da Pesquisa (Re) Conhecendo Diferenças – realizada em 32 universidades federais, integrantes do Programa Conexões de Saberes, e em um universo de cursos de graduação cujas relações candidato/vaga foram classificadas, a partir do desenho metodológico, em níveis de maior, intermediário e menor concorrência – revelou um mapa social da desigualdade no âmbito das instituições públicas de ensino superior.

Nossa pesquisa buscou contribuir para uma compreensão do perfil do corpo discente das IFES mencionadas. A coleta de dados se deu através da aplicação de instrumento definido em âmbito nacional<sup>6</sup>, além dos recursos documentais e bibliográficos eventualmente disponíveis em cada universidade.

O trabalho foi orientado pela procura de respostas às seguintes questões primordiais: 1. *Quantos são os estudantes de origem popular presentes nas universidades?* 2. *Onde estão (como se distribuem nos cursos de graduação)?* 3. *Como eles são (como se caracterizam em termos de idade, gênero, etnia, renda dos pais, trajetória escolar e local de moradia)?*

Para tanto, além da elaboração de um instrumento nacional de investigação, a Coordenação do Programa *Conexões de Saberes* estabeleceu critérios para o delineamento do perfil sociocultural e econômico do estudante universitário de origem popular. Como se sabe, nenhuma categoria/conceito/perfil epistêmico e/ou ontológico tem sua construção independente do *campo social* do sujeito que elabora seu(s) significado(s).

O desafio inerente à definição do significado da expressão ***Estudante Universitário de Origem Popular*** foi tema de intensas reflexões e debates por parte dos membros da Coordenação Nacional (composta por um coordenador e bolsista de cada universidade, um articulador nacional e de representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC - e consultores técnicos do Observatório de Favelas). O propósito foi o de encontrar coletivamente o recorte social privilegiado da

---

<sup>6</sup> Ver anexo I

pesquisa sem perder o rigor metodológico de leitura/desvelamento das características do público preferencial do Programa *Conexões de Saberes* – tendo, por princípio, o respeito às particularidades regionais e às singularidades locais que a universidade pública abriga. Desse modo, a construção do significante para o significado *Estudante Universitário de Origem Popular* assumiu o seguinte corpo analítico:

- a) morar ou ser oriundo de comunidades populares urbanas e rurais (favelas, periferias, assentamentos, entre outros);
- b) escolaridade dos pais não superior ao ensino fundamental;
- c) soma da renda mensal dos pais não superior a seis salários mínimos;
- d) formação em escola pública;
- e) ser negro (pardo e preto) ou indígena.

No caso do item e, pode-se acolher o ingresso de jovens brancos, desde que observados os demais itens como constantes no perfil do estudante.

Dos 30.083 estudantes que ingressaram na universidade no ano de 2006 consultados, apenas 2.723 (9%) são moradores ou oriundos de favelas e periferias, demonstrando um evidente recorte de distinção territorial no acesso ao ensino superior.

Na distribuição do ingresso de estudantes nas 32 IFES integrantes do Programa *Conexões de Saberes*, segundo a relação candidato/vaga nos processos seletivos, se verifica que metade dos estudantes da graduação egressos do ensino médio público (50,7%) encontra-se nos cursos de menor procura, ao passo que menos de um terço (29,2%), nos de maior concorrência, que correspondem, em geral, às carreiras mais *valorizadas*, como Medicina, Engenharia, Odontologia, Direito, Comunicação Social, entre outros. No entanto, entre os graduandos egressos do sistema de ensino privado, a situação é inversa: metade (50,5%) cursa as carreiras de maior concorrência na seleção, enquanto menos de um terço (30,3%), as de menor concorrência.

Observa-se, portanto, que a acessibilidade aos cursos de graduação possui um recorte importante já no ensino médio. Realidade que conduz, por razões objetivas e subjetivas, os jovens de famílias de baixa renda e oriundos do ensino médio público a optar por cursos de menor relação candidato/vaga.

Um dado importante é a idade média de ingresso na universidade: os jovens de origem popular ingressam tardiamente na universidade. No primeiro ano da graduação, a média é

de 24,6 anos de idade entre os estudantes de origem popular e, de 20,7 anos entre os demais, configurando um quadro de distanciamento das oportunidades mais qualificadas de ingresso no mundo do trabalho.

Outro aspecto importante revelado na pesquisa é que nos cursos de maior concorrência, 63,2% dos estudantes declararam que a renda mensal do pai é superior a seis salários mínimos<sup>7</sup>, enquanto apenas 21,1% declararam que a renda do pai é, no máximo, de três salários mínimos. Observando a distribuição desta variável nos cursos de menor concorrência, as frequências se aproximam: 46,5% declararam renda do pai acima de seis salários mínimos e 38,1%, de até três. Além de ser marcante a diferença nas frequências relativas se comparados os dois conjuntos de cursos, os dados mostram outra dimensão da desigualdade: mesmo nas carreiras menos procuradas, os estudantes cujos pais têm renda acima de seis salários mínimos aparecem em maior percentual do que aqueles com renda de até três, assinalando o papel distintivo da renda familiar no acesso ao ensino superior público, reproduzindo condições denominadas na literatura como “desigualdades educacionais” (Forquim, 1995).

Como é possível observar, os limites do atual sistema de ensino universitário público brasileiro não só restringe a entrada dos jovens de origem popular com menor renda familiar ao ensino superior, mas também direciona os que conseguem chegar à universidade para os cursos de menor relação candidato/vaga.

Verificando a variável escolaridade dos pais, encontramos o mesmo panorama de desigualdade. Dos estudantes consultados nos cursos de maior concorrência, 81,2% e 85,5% declararam que o pai e a mãe, respectivamente, cursaram além do ensino fundamental<sup>8</sup>. Já nos cursos de menor procura, as frequências diminuem para 63,3% e 66,6%. Na porção superior da pirâmide, onde se encontram os estudantes cujos pais não ultrapassaram o ensino fundamental, as frequências entre os ingressos nas carreiras mais concorridas são de apenas 18,8%, no caso do pai, e 14,6%, da mãe. Nos cursos menos procurados, por analogia, as frequências sobem para 36,7% e 33,3%, respectivamente.

A desigualdade se revela em outras dimensões quando é adicionado o elemento cor à distribuição dos ingressantes na graduação. Dos estudantes brancos, 42,3% estão nas

---

<sup>7</sup> R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), aproximadamente US\$ 210 (duzentos e dez dólares) em valores de dezembro de 2007.

<sup>8</sup> O que corresponde aos 9 (nove) primeiros anos da Educação Básica.

carreiras mais concorridas e 37,4%, nas menos procuradas. Entre os estudantes de cor preta, a relação é invertida e ampliada: 32,8% e 47,8%, respectivamente.

Apesar de algumas iniciativas voltadas para o ingresso de jovens de espaços populares nas universidades públicas – a exemplo de ações diferenciadas de ingresso por meio de reservas de vagas para estudantes da rede pública de ensino, dentre eles negros e indígenas – a maioria das universidades públicas brasileiras seleciona e cria estruturas de cursos que contemplam, em geral, um estudante com o perfil típico dos grupos sociais economicamente privilegiados. A importância de políticas públicas para democratização do ingresso no ensino superior é mais do que oportuna e se revela como uma missão republicana do Estado no âmbito da promoção dos direitos à educação.

Por outro lado, mesmo nas situações em que os estudantes mais pobres conseguem chegar à universidade, a dificuldade de permanência é imensa e vão para além dos condicionantes econômicos.

Além das limitações financeiras e da moradia em subúrbios, favelas ou periferias, são características conhecidas de grupos sociais populares a premente necessidade de trabalho remunerado e a defasagem de conteúdos e vivências culturais e educacionais, entre outras. Não obstante, a organização de grades curriculares e horários de cursos, o atendimento às demandas por assistência estudantil (transporte, restaurante e residência universitária), por acesso a internet, uso de bibliotecas, laboratórios e instrumental técnico raramente levam em conta a realidade desses grupos sociais presentes na universidade.

As atividades de pesquisa excluem grande parte dos estudantes pobres ao estabelecerem, muitas vezes, limites de idade que não levam em conta o seu ingresso tardio na universidade. Além disso, a concessão de bolsas também requer um coeficiente de rendimento (nota média das disciplinas cursadas) que desconsidera o impacto inicial do ingresso na universidade na vida do jovem de origem popular. Quase sempre, este representa a primeira geração da família a ingressar no ensino superior e, com isso, lhe foram distantes em sua trajetória até a universidade os instrumentos e códigos estabelecidos pela *meritocracia acadêmica*, situação que provoca, comumente, um baixo rendimento nos primeiros semestres.

As atividades de extensão, por sua vez, são fragmentárias e descontínuas, além da dificuldade dos grupos universitários se inserirem de forma integrada nos espaços

populares. Em geral, não são criadas possibilidades mais abrangentes de aproximação entre a universidade e os moradores de comunidades populares, situação que torna a instituição profundamente afastada do cotidiano dos adolescentes e jovens que não conseguem, em seu projeto pessoal de futuro, a inserção no ensino superior.

A realidade apontada tem seus desdobramentos evidentes nas condições de trabalho e geração de renda de amplas camadas da população brasileira, sobretudo, dos jovens, numa época em que o conhecimento e a informação tornaram-se indispensáveis ao ingresso no mundo do trabalho. Assim, temos, de forma reiterada, a formação de profissionais que não têm acesso às demandas e saberes dos moradores dos espaços populares, o que contribui para a perpetuação de uma dinâmica de ação pública e social que desconhece a cidadania dos moradores das comunidades em questão, vendo-os de forma subalternizada e a partir de um discurso estigmatizador da “carência”. *“A instituição escolar em seus vários níveis pode a partir de determinado momento histórico absorver parte da demanda das camadas sociais que tradicionalmente se encontravam alijadas deste espaço.”* (Barbosa e Brandão, 2007, p. 20).

As relações descritas pelos autores promovem a reprodução de desigualdades e, em alguns casos, o aprofundamento de vulnerabilidades sociais, presentes na sociedade brasileira, particularmente entre os jovens de espaços populares.

Paulo Freire (1987: 32-34) diz que nesse contexto educativo os oprimidos, em vez de buscar a libertação, tendem a ser opressores porque a estrutura do seu pensamento está condicionada pela contradição vivida na situação concreta. A superação de sua condição, nesse caso, é entendida como se colocar na condição do opressor. Essa “aproximação” ao opressor só pode ser superada quando esse homem toma consciência de si mesmo e transforma a situação opressora pela libertação transformadora de suas práticas, olhar de mundo, pela criticidade e pela sua vocação ontológica e histórica de ser mais.

Diante da imperiosa redefinição das atuais condições de acesso e permanência de jovens de espaços populares no ensino superior público, o Programa Conexões de Saberes vem buscando contribuir na formulação de políticas públicas que promovam ações afirmativas de democratização da universidade em seu sentido mais pleno de instituição republicana.

### **A democratização do acesso e da permanência da universidade como ação afirmativa e meta do Programa Conexões de Saberes**

Como demonstra as informações obtidas na pesquisa *(Re)Conhecendo Diferenças*, realizada pelo Programa Conexões de Saberes, ainda é pequena a representatividade numérica do ingresso dos estudantes de origem popular no sistema público de ensino superior. Contudo, o aumento significativo de concluintes do ensino médio na rede pública - de onde provém a imensa maioria dos jovens dos grupos populares - está promovendo o crescimento da demanda por vagas nas universidades. Para responder a esta demanda social crescente, há um conjunto de proposições de políticas institucionais, especialmente com vistas à democratização do acesso à universidade, quase sempre no âmbito das chamadas ações afirmativas.

Na sua definição mais abrangente, as ações afirmativas representam medidas especiais tomadas, em grande parte, pelo poder público, com o objetivo de eliminar desigualdades socioeconômicas e culturais historicamente acumuladas. Seu objetivo fundamental seria garantir a igualdade de oportunidade e tratamento para todos os cidadãos, bem como reparar perdas provocadas pela discriminação por motivos étnicos, religiosos, de gênero, entre outros.

A implantação de cotas para negros e indígenas nas universidades públicas tem sido objeto de acesos debates, pois esta não se restringe exclusivamente ao ingresso de jovens marcados pela desigualdade social, mas sim, se coloca em termos da redefinição do papel e do sentido da instituição universitária. Isto significa, em linhas mais abrangentes, reconstruir as bases acadêmicas, culturais e sociais do ensino superior brasileiro para melhor adequá-las às novas exigências da sociedade.

No foco dessas ações se encontram, principalmente, não só os estudantes pretos e pardos, mas também os egressos de escolas públicas e os de famílias de baixa renda. Todavia, o acesso privilegiado ao ensino superior de estudantes pertencentes a tais grupos sociais, através das chamadas cotas, não garante, por si só, que estes disponham das condições e dos requisitos necessários para a realização de um curso de graduação com qualidade. Em geral, as mesmas condições que desfavorecem um estudante pobre ao longo de sua trajetória escolar estarão presentes durante sua passagem pela graduação.

Os universitários de origem popular são, na maioria das vezes, *invisíveis* nas instituições de ensino. Sua reduzida presença em programas e projetos de pesquisa e extensão limita as suas oportunidades de participação no processo de produção do conhecimento quase exclusivamente à sala de aula.

As ações assistenciais são difusas e pouco consistentes na maioria das universidades públicas brasileiras, sobretudo porque na sua origem jamais levaram em conta o acesso dos grupos sociais de menor condição econômica à educação superior. Não é surpresa, portanto, a permanência na pauta do movimento estudantil universitário a reivindicação de moradia, restaurante e transporte, pelo menos, há 30 anos.

Do ponto de vista do Programa Conexões de Saberes, a ação afirmativa deve promover a diversidade e a representatividade dos grupos discriminados nos diferentes espaços de atuação pública e privados – economia, política, cultura, educação – como promoção e garantia de direitos humanos e sociais.

No que concerne às instituições universitárias, a ação afirmativa **não** deve ser resumida (ou reduzida) às políticas de reserva diferenciada de vagas – embora relevantes e oportunas, uma vez que promovem o acesso de grupos historicamente discriminados, e de, comprovadamente, demonstrarem resultados positivos, principalmente no desempenho escolar dos seus ingressantes (Brandão, 2007).

Nessa perspectiva, as políticas de ingresso devem ser ancoradas em políticas de permanência com sucesso, como estratégia política-social, para superar os elevados índices de evasão, e, para uma integração efetiva do(a)s jovens de origem popular à vida universitária plena.

Nesse contexto, entendemos que o Programa Conexões de Saberes é uma alternativa para o sujeito transformar a sua vida e de sua comunidade sem que necessite migrar de uma classe social para outra, mas pensando em movimentos alternativos de conscientização social. A troca de saberes entre os espaços populares e os espaços acadêmicos possibilita ao estudante observar seu cotidiano de maneira crítica, fazendo com que as práticas – estabilizadas e naturalizadas – sejam postas em discussão, possibilitando, assim, que o discente possa, ele próprio, intervir na sua realidade, por meio de uma ação concreta na busca por uma cidade mais fraterna, amorosa e menos fragmentada territorialmente.

## **Bibliografia**

BARBOSA, Jorge Luiz; BRANDÃO, André Augusto. Conectando Saberes: jovens de origem popular e o difícil caminho para a universidade. In: *Jovens camadas populares e universidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Mec SECAD. 2007

BARBOSA, Jorge Luiz, BRANDÃO, André Augusto; Pinto, Giselle. *Jovens de camadas populares e universidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Mec SECAD. 2007.

BRANDÃO, André Augusto. *Cotas raciais no Brasil – a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

FORQUIM, Jean Claude (org). *Sociologia da educação: dez anos de pesquisas*. Petrópolis: Vozes. 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. SP: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um Sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do V. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Editora

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. SP: Bomtempo, 2007.

SANTOS, Sales Augusto (org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.